## **APRESENTAÇÃO**

O desenvolvimento de plataformas digitais de comunicação tem redimensionado diversos âmbitos da vida social e política em boa parte do mundo nas últimas duas décadas. Agentes governamentais, empresas, ativistas, organizações não-governamentais e o próprio cidadão comum têm experimentado novas formas de relacionamento e se apropriado das tecnologias de informação e comunicação baseadas na web, levantando novas questões para democracia, governança e planejamento urbano contemporâneos. Nas últimas duas décadas, uma série de pesquisas e estudos empíricos tem sido desenvolvida e artigos e livros publicados investigando de que modo o ambiente digital estrutura uma nova cultura tecnológica. Governos de diversos países e instituições multilaterais produzem documentos que apontam a importância do ambiente digital para as democracias modernas e investem recursos financeiros significativos em pesquisa e desenvolvimento nesta área. No Brasil, universidades e centros de pesquisa direcionam estudos para este campo de investigação. Em várias partes do mundo, governos cada vez mais se apropriam das tecnologias de informação e comunicação para interagir de um novo modo com os cidadãos.

Ainda que o tema da participação pública nos processos de projeto, planejamento e gestão das cidades seja reconhecido como importante pelos pesquisadores e profissionais que atuam em Arquitetura e Urbanismo, bem como em áreas afins como Planejamento, Ciências Sociais e Comunicação, os processos utilizados, tais como os previstos no Estatuto da Cidade, audiências públicas, por exemplo, mostram-se insuficientes para uma verdadeira participação civil, particularmente quando se trata de grandes cidades ou metrópoles. No contexto atual é importante a difusão de trabalhos teóricos, pesquisas empíricas ou relatos de experiências que versem sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação como canais para aglutinar e difundir o conhecimento acerca do território e do espaço público, tomando o cidadão como produtor e consumidor deste conhecimento, bem como trabalhos que versem sobre a relação entre as interfaces digitais e a ampliação do diálogo entre cidadãos, comunidades e Poder Público (seja através de computador, telefone móvel ou outro dispositivo).

Embora nos países centrais - América do Norte, Europa, Japão - já seja comum a existência de seminários, congressos e colóquios sobre cultura digital, participação pública e novas mídias, o Brasil ainda carece de espaços de debate capazes de reunir autores e pesquisadores brasileiros e estrangeiros, agentes e gestores públicos, com o intuito de gerar discussão qualificada, refletir sobre práticas e trocar experiências.

Em setembro de 2010 o PPG-AU - programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia - organizou um evento com o objetivo de aprofundar o debate sobre interfaces digitais e participação civil na definição de políticas para a cidade e sua relação com a Internet. O Colóquio Internacional Democracia e Interfaces Digitais para a Participação Pública tratou das diversas faces deste fenômeno, compreendendo elementos dispostos tanto na esfera governamental como na esfera civil.

Este caderno traz uma seleção de trabalhos apresentados neste Colóquio que aceitou a inscrição de trabalhos em dois eixos principais: **Participação Pública e Web 2.0**, que tratou da relação entre as interfaces digitais e a ampliação do diálogo entre cidadãos, comunidades e Poder Público, e **Políticas para a Cidade e Democracia Digital** onde o objetivo foi relacionar o ambiente digital e suas potencialidades na definição e solução de problemas que regulam a vida da comunidade, no planejamento e gestão das cidades, e discutir o uso das TICs como canal para aglutinar e difundir o conhecimento acerca do território e do espaço público, tendo o cidadão como produtor e consumidor deste conhecimento.

O resultado da resposta dos pesquisadores foi bastante positivo e revelou um conjunto de trabalhos oriundos de diversas áreas de pesquisa e conhecimento sugerindo a necessidade de um cruzamento entre diversos saberes e competências.

Nesta publicação temos autores que atuam em Planejamento, Geografia, Comunicação, Administração, Ciências Sociais e Tecnologia de Informação. Nela temos dois trabalhos que tratam da temática do orçamento participativo, uma das raras experiências brasileiras de uso de Internet para incremento da participação pública. São os trabalhos de Nina J. Best, Manuella Maia Ribeiro, Ricardo Matheus e José Carlos Vaz - Internet e a participação cidadã nas experiências de Orçamento Participativo Digital no Brasil - e de Rafael Cardoso Sampaio e José Henrique Machado Roballo - A internet como incremento da participação offline: Uma proposta de classificação para orçamentos participativos online.

Os trabalhos de Susana Finquelievich - Del e-gobierno al gobierno conectado -, de Natalia Fidel - De la política al gobierno 2.0: el caso de los legisladores de la Ciudad de Buenos Aires - e de José Carlos Vaz, Manuella Maia Ribeiro e Ricardo Matheus - Dados governamentais abertos e seus impactos sobre os conceitos e práticas de transparência no Brasil - tratam da necessidade de mudança de atuação dos governos e representantes políticos no trato de informações e serviços digitais que é causada pela emergência da web 2.0.

Já os artigos de Maria Célia Furtado Rocha e Gilberto Corso Pereira - De consumidor a produtor de informação: participação pública no contexto da nova cultura tecnológica -, de Angelo Serpa - Apropriação Sócio-Espacial dos Meios de Comunicação: Estudos de Caso em Berlim e Salvador - e de Chalini Torquato Gonçalves de Barros e Rafael Cardoso Sampaio - Internet como esfera pública? Análise de usos e repercussões reais das discussões virtuais - tratam, com diferentes abordagens e recortes, da consolidação de uma nova cultura digital, na qual os cidadãos são tanto espectadores, quanto atores e autores de uma crescente produção de conteúdos que refletem questões políticas e cotidianas.

Este conjunto de textos reunido neste caderno traz reflexões sobre temáticas contemporâneas e interdisciplinares que, esperamos, podem alimentar um urgente debate e discussão no interior dos nossos cursos de pós-graduação.

Gilberto Corso Pereira